

---

# Políticas públicas na economia

---

brasileira pós-2003:  
do auge à crise

---

Public policies in the Brazilian economy post-2003:  
from the peak to the crisis

**Carlos José Espíndola**

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),  
Departamento de Geociências,  
Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.  
carlos.espindola@ufsc.br

---

### Resumo

A economia brasileira apresentou, no período pós-2003, dois momentos distintos. Um deles, entre 2003-2011, em que os indicadores macroeconômicos se mostraram positivos, constituindo-se como um ciclo de crescimento, e outro, pós-2011, caracterizado pelo baixo desempenho dos mesmos indicadores. Se entre 2004 e 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) da economia brasileira cresceu de 5,8 % para 7,5 %, entre 2011 e 2015, declinou de 3,9 % para -3,8 %. Assim sendo, este texto tem como objetivo desvendar quais foram as principais políticas públicas, pós-2003, que influenciaram no dinamismo e na crise econômica brasileira. A conclusão geral é que a fase expansiva (2003-2011) e a fase recessiva (2011-2016) foram frutos da combinação de diferentes fatores internos e externos. Para análise dos fatos, recorreu-se à revisão bibliográfica e à coleta de dados, nos relatórios do Banco Central, do BNDES, entre outras instituições, a fim de apresentar um cenário da economia brasileira pós-2003. **PALAVRAS-CHAVE:** políticas públicas; economia brasileira; economia mundial; ciclo de crescimento; crise econômica.

### Abstract

The Brazilian economy presented, in the post - 2003 period, two distinct moments. One of them, between 2003 and 2011, where the macroeconomic indicators were positive, constituting one cycle of growth, and another, post-2011, characterized by the low performance of the same indicators. If between 2004 and 2010, the Gross Domestic Product (GDP) of the Brazilian economy grew from 5.8% to 7.5% between 2011 and 2015, it declined from 3.9% to -3.8%. Therefore, this text aims to unveil what were the main public policies, post-2003, that influenced the dynamism and the Brazilian economic crisis. The general conclusion is that the expansionary phase (2003-2011) and the recessive phase (2011-2016) were the result of a combination of different internal and external factors. For the analysis of the facts, bibliographic review and data collection were used, in the reports of the Central Bank, BNDES, among other institutions, in order to present a scenario of the Brazilian economy after 2003. **KEY WORDS:** public policies; Brazilian economy; world economy; growth cycle; economic crisis.

## 1. Introdução

Após duas décadas de baixo crescimento econômico, decorrente da aplicação de planos econômicos, a economia brasileira apresentou pós-2003, dois momentos distintos<sup>1</sup>. Um entre 2003-2011, e outro pós-2011. Luiz Inácio Lula da Silva, ao assumir a presidência da República, em 2003, deparou-se com indicadores macroeconômicos pífios. Nesse quadro de incerteza e vulnerabilidade interna e externa, a equipe econômica adotou medidas político-institucionais que não resultaram na melhora desses indicadores.

Contudo, a partir de 2003, as estatísticas econômicas e sociais passaram a dar sinais positivos. O crescimento do PIB real foi de 1,1%, em 2003, para 7,5%, em 2010 (IBGE, 2015). Entretanto, em 2011, o ciclo de crescimento da economia brasileira começa a demonstrar sinais de enfraquecimento. A taxa de crescimento real do PIB reduziu-se para 3,9%, em 2011, alcançando, em 2015, uma taxa negativa de 3,8%. Se entre 2002 e 2010 o PIB da economia brasileira cresceu 3,9%, entre 2010 e 2016 o crescimento foi de apenas 0,2%. Esses movimentos oscilatórios da economia brasileira foram objetos de análise de diferentes autores.

Para Paulani (2008), o governo Lula aprofundou a política econômica herdada de Fernando Henrique Cardoso (FHC) como, por exemplo, as metas de inflação, as metas de superávit primário, a utilização do mecanismo de câmbio flutuante e a liberalização do movimento dos capitais. O governo Lula direcionou o país para a construção de “*uma plataforma de valorização financeira internacional*” (Paulani, 2008: 35). Essa linha de raciocínio também é defendida por Carcanholo (2010), pois os problemas estruturais e as armadilhas do processo de abertura e liberalização externa da economia brasileira se mantiveram durante o governo Lula. O autor ressalta ainda que a melhora na economia brasileira foi “*tudo*

*fruto do cenário externo extremamente favorável*” (Carcanholo, 2010: 122).

Em contraposição, os trabalhos de Barbosa e Souza (2010) e Barbosa (2013) destacam que o Brasil iniciou uma nova etapa de desenvolvimento, em que se combinam crescimento econômico com redução nas desigualdades sociais. A característica essencial foi a retomada do papel do Estado no estímulo ao desenvolvimento econômico e social. De acordo com Sader (2010: 27), o governo “*manteve alguns elementos das políticas do governo anterior e rejeitou outros, configurando um quadro contraditório*”.

No período pós-2011, as bibliografias ressaltam a queda dos indicadores econômicos com a redução na taxa de crescimento do PIB dos setores industriais, de serviços e da agricultura, déficit das transações correntes, piora da situação fiscal, retração dos investimentos. A literatura também chama a atenção para o fato de que, desde 2014, se vivencia uma recessão (Bresser Pereira, 2017; Barbosa Filho, 2017; Paula e Pires, 2017; Oreiro, 2017).

Os diferentes artigos acerca do período recente da economia brasileira destacam ainda que o Brasil se deparou com uma crise política que resultou em fissuras no bloco de poder (Teixeira e Pinto, 2012). Singer (2015) afirma que houve uma dissolução da ‘coalizão produtivista’ e a formação de uma frente antidesenvolvimentista. Ainda segundo o autor, se por um lado o governo Dilma reduzia juros, desvalorizava a moeda, subsidiava os investimentos, por outro lado, Dilma cutucou um número excessivo de perigosas onças com varas notavelmente curtas.

Em que pese a importância desse debate para a compreensão das contradições, avanços e recuos do governo pós-2003, este texto tem como objetivo desvendar quais foram os principais fatores que influenciaram no dinamismo e na crise econômica Brasileira?

O texto foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico englobou a leitura e análise de artigos, teses e dissertações, visando avaliar e situar a bibliografia relativa à temática exposta. Operacionalmente, trabalhou-se com as fontes primárias e secundárias de modo contextualizado. Buscaram-se, ainda, informações no Banco Central, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Portal da Transparência do Governo Federal.

Este artigo é composto, além desta introdução e da conclusão, de duas partes. A primeira destaca o auge do crescimento econômico entre 2003 e 2011, e a segunda, a crise do crescimento econômico pós-2003.

## 2. O auge do crescimento econômico entre 2003 e 2011

Ao assumir a presidência da República em 1º de janeiro de 2003, Luiz I. Lula da Silva deparou-se com um alto grau de vulnerabilidade macroeconômica, decorrente da baixa taxa de crescimento da economia, da queda dos níveis de investimentos, das elevadas taxas de desemprego, da elevada dívida externa e interna, das taxas de juros elevadas, da queda do Produto Interno Bruto (PIB) per capita e do déficit da balança comercial. Soma-se ainda o fato de que, em 2002, *“houve forte depreciação do real, elevação substancial do prêmio de risco pago pelos títulos públicos do país e redução da entrada líquida de capitais externos na economia, entre outros fatores”* (Barbosa, 2013: 69).

Diante desse quadro, a prioridade inicial do governo, em termos de política econômica, foi a de retomar a estabilidade monetária e fiscal. Barbosa (2013: 70) afirma que: *“do lado monetário, o BCB elevou a taxa Selic para combater o aumento*

*da inflação e a depreciação da taxa de câmbio. Do lado fiscal, o governo elevou sua meta de resultado primário para conter o crescimento da dívida pública e diminuir o risco de insolvência do país”*.

Essas medidas restritivas impactaram negativamente sobre o nível da atividade econômica, reduzindo o PIB de 2,7%, em 2002, para 1,1%, em 2003. A taxa de desocupação média passou de 11,7%, em 2002, para 12,3%, em 2003. A situação macroeconômica começou gradativamente a melhorar a partir de 2004, quando o (PIB) apresentou um aumento de 5,8%. Esse crescimento foi fruto de fatores internos e externos. Internamente, destaca-se o ciclo de investimentos assentados em três frentes: infraestrutura, recursos naturais e consumo de massa, que permitiram uma nova onda de investimentos centrada na expansão, diversificação e inovação (Bielschowsky *et al.*, 2014). A expansão da economia pós-2003 foi resultado ainda, da redução da taxa básica de juros, da expansão do crédito, da criação de uma série de mecanismos de desonerações tributárias e da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Externamente, merecem destaque a liquidez financeira mundial, a taxa de juros baixa no mundo, os investimentos externos diretos, principalmente no setor de serviços, e a elevada demanda mundial por produtos agroalimentares e minerais.

Lançado em 2007, o PAC procurou reativar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico, por meio da execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética. O PAC foi assentado em três grandes medidas. A primeira, decorrente das desonerações dos investimentos em habitação e infraestrutura, e na aquisição de máquinas e equipamentos. A segunda deriva do aumento do crédito imobiliário, no Programa Minha Casa Minha Vida. A terceira medida assentada no aumento do investimento público e das estatais em grandes projetos de in-

fraestrutura, sobretudo os relacionados à energia e aos transportes. Somente o programa Minha Casa Minha Vida foi responsável por um percentual de 57% do montante investido (Schatz, 2017).

Nesse processo, merece destaque o papel desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O banco impulsionou “*políticas de estímulo à demanda agregada da economia*” (BNDES, 2017: 30). Enquanto entre 2001 e 2008, o BNDES desembolsou em média cerca de R\$ 112,0 bilhões, entre 2009 e 2013, essa média subiu para R\$ 231,2 bilhões. Portanto, um aumento de 106,3%.

O BNDES também desempenhou papel importante no financiamento do agronegócio<sup>2</sup>. Em 1995, o BNDES destinou para a agropecuária e agroindústria um total de R\$ 1,62 bilhão, o que correspondeu a 22,1% dos valores totais de financiamento do banco. Em 2013, esses financiamentos atingiram o maior patamar, alcançando R\$ 33,52 bilhões e, em 2016, obtiveram a cifra de R\$ 20,9 bilhões, conforme **FIGURA 1**.

Ainda no seio do BNDES foram criados o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária

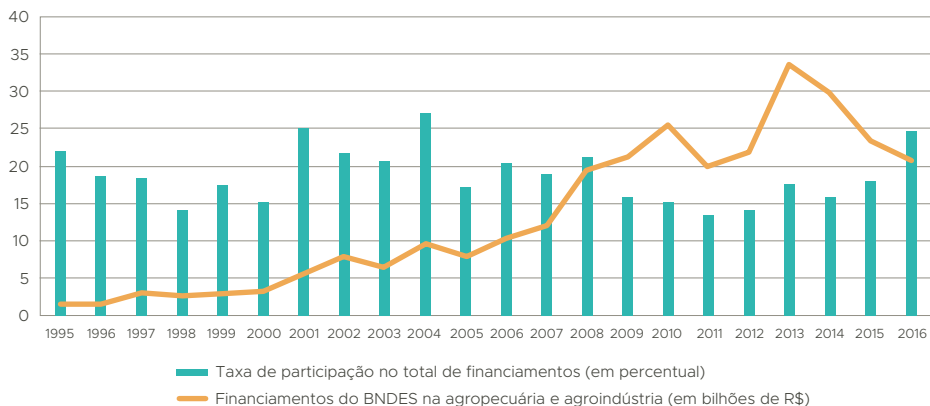
(PRODECOOP) e o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (PROCAP-AGRO), de 2009. Esses programas foram fundamentais para o processo de reestruturação produtiva das cooperativas, destinando recursos para investimentos produtivos e capital de giro. O reflexo foi um novo ciclo de crescimento do cooperativismo no pós-2000. De 2000 a 2012, enquanto o número de cooperativas agropecuárias cresceu de 1.411 para 1.561, os cooperados aumentaram de 831 mil para 1 milhão. Já o número de empregados passou de 108,2 mil para 164,2 mil (Padilha e Espíndola, 2015).

A soma do valor total aplicado pelo PRODECOOP, entre 2003 e 2014, foi de R\$ 8,8 bilhões. O auge do programa, considerando os valores aplicados, foi de 2007/08 a 2010/11, com R\$ 4,6 bilhões, 52,2% do total. O volume de recursos aplicados pelo PROCAP-AGRO, entre 2009 e 2014, foi de R\$ 10 bilhões; em 2010/11 e 2011/12, somou um total de R\$ 5,7 bilhões (Padilha e Espíndola, 2015).

Merecem destaque, ainda, as novas formas de financiamento agropecuário pós-1990, via o Certificado de Mercadoria com Emissão de Garantia (CMG), a Cédula do Produto Rural (CPR),

**FIGURA 1** Financiamentos do BNDES na agropecuária e agroindústria e taxa de participação total de financiamentos

Fonte: BNDES (2017)



o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Warrant Agropecuário (WA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), a Letra de Comércio Agrícola (LCA), o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Criado em 1994, os recursos aplicados pelo PRONAF cresceram, conforme FIGURA 2, de R\$ 5,87 bilhões, em 2000, para R\$ 22,34 bilhões, em 2014. Nesse período, o crescimento acumulado

ficou na ordem de 280,5%, com um crescimento médio anual de 12,78%.

Os financiamentos via BNDES, PRONAF e a outras formas de financiamento agropecuário possibilitaram ao agronegócio brasileiro ampliar tanto a área plantada de grãos, que passou de 43,9 milhões de hectares, em 2002/2003, para 57,7 milhões em 2013, bem como a sua produção, que cresceu de 122 milhões de toneladas para 188,2 milhões no mesmo período. A TABELA 1 demons-

FIGURA 2 Evolução do financiamento do PRONAF

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015)

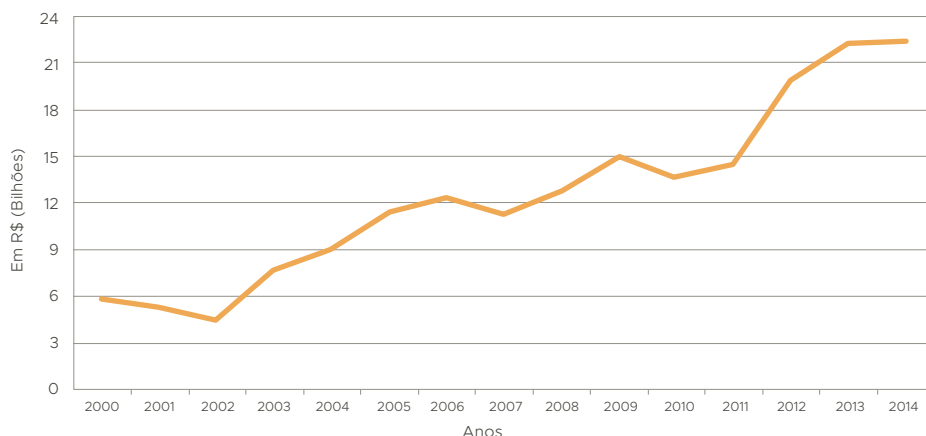


TABELA 1 Produção brasileira de alimentos selecionados 2002- 2013 (mil t.)<sup>3</sup>

Produtos	02	03	04	05	06	07	08	09	10	12	13
Milho	35,2	47,4	42,1	34,7	42,6	52,1	58,9	47	51,4	71,2	80,7
Trigo	3,1	5,8	6,0	6,1	6,2	4,0	5,8	4,9	6,0	4,3	5,8
Café	31,3	48,5	28,8	39,3	39,3	36	45	39	48	50	49,2
Soja	41,9	52,0	49,7	53,1	60,0	58,3	60	57,1	68,8	66,3	81,4
Açúcar	15,7	18,5	24,9	26,6	26,2	30,7	31,2	31,5	33	38,5	37,6
Suco de laranja	894	1,4	1,0	1,3	1,1	1,3	1,3	1,1	1,0	1,1	0,9
Frutas	40	37,1	.....	.....	.....	43,1	42,6	41	41,2	41,8	43,6
Feijão	2,9	2,2	2,9	3,4	3,3	3,5	3,4	3,3	3,7	3,7	3,4
Arroz	10,6	10,3	12,8	12,9	13,1	11,5	11,0	12,6	11,6	11,6	11,8
Leite	21,6	22,5	23,4	24,6	25,3	26,1	27,5	29	30,7	32	33
Suínos	2,8	2,6	2,6	2,9	3,0	3,1	3,0	3,3	3,1	3,3	3,3
Bovinos	7,1	7,5	8,6	9,1	9,4	9,7	8,9	8,9	9,1	9,3	9,3
Frango	7,4	7,6	8,4	9,1	9,4	10	11,0	11,3	12,3	12,6	12,8

FONTE: CONAB (2013); BRASIL (2013)

tra que a elevada produção de grãos de soja foi acompanhada pelo crescimento da produção dos demais agronegócios.

A essas medidas político-institucionais de cunho macroeconômico somam-se ainda a implantação e a ampliação dos programas sociais e de transferência de renda, como, por exemplo, o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e o PROUNI, dentre outros<sup>4</sup>.

O Programa Bolsa Família é dirigido às famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal per capita de até R\$ 50,00) ou a famílias pobres e extremamente pobres com crianças e jovens, com renda mensal per capita de até R\$ 100,00 (Marques e Mendes, 2006). Entre 2003 e 2011, o orçamento do Bolsa Família cresceu de R\$ 0,57 bilhões (0,03% do PIB) para R\$ 17,36 bilhões, representando 0,42% do PIB. O número de famílias beneficiárias saltou de 3,6 milhões, em 2003, para 12,7 milhões de famílias beneficiárias, em agosto de 2010 (Brasil, 2015)<sup>5</sup>.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado em 2009, tinha como objetivo reduzir em 14% o déficit habitacional no Brasil e incentivar a indústria de construção civil. Direcionado para a população de baixa renda, o programa incentiva, por meio de taxas de juros baixas e subsídios, o acesso à unidade habitacional via alocação de R\$ 34 bilhões. Desse total, R\$ 25,5 bilhões originavam-se do Orçamento Geral da União e R\$ 7,5 bilhões do FGTS.

O PROUNI, criado em 2004 previa a isenção tributária para todas as instituições de ensino superior privadas, incluindo as sem fins lucrativos e as mercantis. Além deste programa o governo brasileiro implantou medidas para a ampliação das universidades federais e instituiu cotas para alunos da rede pública e cotas para negros e indígenas nas instituições de ensino superior federais. Outra preocupação do governo federal foi com o ensino profissionalizante através do programa PROEP<sup>6</sup>.

Em termos gerais, conforme Sicsú (2013), enquanto entre 1995 e 2002, o investimento social per capita cresceu 32% em termos reais; entre 2003 e 2010, aumentou mais do que 70%. O crescimento anual médio foi de 9% entre 2003 e 2011.

Afirmou-se que externamente um dos fatores responsáveis pelo crescimento da economia brasileira foi a elevada demanda mundial por produtos agroalimentares e minerais. Contudo, foram implantadas políticas públicas para prover a competitividade e reduzir os estrangulamentos de infraestrutura: programa Modermaq, ampliação da estrutura portuária, incentivo às missões comerciais no exterior; ajustamento dos programas de financiamento de exportações; ampliação da participação do BNDES/Exim no financiamento de máquinas e equipamentos; redução do custo da linha pré-embarque do BNDES/Exim; unificação do mercado de câmbio via Banco Central; isenção de PIS e COFINS para empresas que importavam bens de capital e insumos; e isenção de PIS/Pasep para as empresas que exportavam mais de 80% de sua produção de software (Baumann, 2006).

As políticas de incentivo às exportações, combinadas com as desvalorizações cambiais (iniciadas em 1999) e com a elevada demanda mundial, ampliaram as exportações brasileiras, que cresceram de US\$ 96,7 bilhões, em 2004, para US\$ 256 bilhões, em 2011. Entre 2003 e 2006, o saldo da balança comercial subiu de US\$ 24,8 bilhões para US\$ 46,4 bilhões, conforme TABELA 2.

Com a valorização do Real pós-2005, as importações passaram a crescer em índices percentuais maiores que as exportações, e, como resultado, os superávits comerciais começaram a diminuir gradativamente, alcançando a casa dos US\$ 20 bilhões, em 2010 (Espíndola, 2015). Já em 2008, o saldo da balança comercial atinge a casa dos US\$ 24,9 bilhões e, em 2014, apresenta um déficit de US\$ 3,9 bilhões, pois, enquanto as exportações somaram US\$ 225,1 bilhões, as importações chegaram



**TABELA 2** Balança Comercial Brasileira (2000-2016 – 1000 US\$)

ANO	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO
	US\$	VAR.(%)*	US\$	VAR. (%)	
2000	55.118.920	14,80	55.850.663	13,28	-731.743
2001	58.286.593	5,75	55.601.758	-0,45	2.684.835
2002	60.438.653	3,69	47.242.654	-15,03	13.195.999
2003	73.203.222	21,12	48.325.567	2,29	24.877.655
2004	96.677.497	32,07	62.835.616	30,03	33.841.882
2005	118.529.184	22,60	73.600.376	17,13	44.928.809
2006	137.807.470	16,26	91.350.841	24,12	46.456.629
2007	160.649.073	16,58	120.617.446	32,04	40.031.627
2008	197.942.443	23,21	172.984.768	43,42	24.957.675
2009	152.994.742	-22,71	127.722.343	-26,17	25.272.399
2010	201.915.276	31,98	181.768.427	42,32	20.146.848
2011	256.039.366	26,81	226.246.756	24,47	29.792.610
2012	242.572.846	-5,26	223.183.477	-1,35	19.389.369
2013	242.033.575	-0,22	239.747.516	7,42	2.286.059
2014	225.100.885	-7,00	229.060.058	-4,46	-3.959.173
2015	191.134.324	-15,09	171.449.050	-25,1	19.685.273
2016	185.235.400	-3,09	137.552.002	-19,77	47.683.397

FONTE: BRASIL (2017)

à casa dos US\$ 229 bilhões<sup>7</sup>. Em 2013, a balança comercial brasileira apresentou saldo de apenas US\$ 2,2 bilhões, tornando-se negativo em 2014.

O aumento dos saldos positivos da balança comercial brasileira foi fruto do dinamismo exportador do agronegócio. No cômputo geral, entre 2003 e 2011, o volume exportado pelo agronegócio brasileiro elevou-se quase 209%, proporcionando um aumento do saldo comercial de 199%. Entre 2006 e 2011, as exportações do agronegócio mais que dobraram, passando de US\$ 49,4 bilhões para US\$ 94,9 bilhões, conforme TABELA 3. O ano de 2008 foi excepcional para o agronegócio brasileiro. As exportações alcançaram a marca histórica de US\$ 71,8 bilhões, um acréscimo de US\$ 13,4 bilhões em relação ao ano de 2007.

O superávit da balança comercial do agronegócio também registrou recorde, alcançando a cifra de US\$ 59,9 bilhões. O bom desempenho das

exportações em 2008 foi resultado do aumento da receita com a venda dos agronegócios da soja que registrou crescimento de 57,9%; dos agronegócios de carnes, 29%; do agronegócio de café, 22%; do agronegócio do fumo 22%; do agronegócio sucroalcooleiro, 18% e do agronegócio de produtos florestais, 6% (Espíndola, 2016). Chama a atenção ainda, na TABELA 3, que as importações do agronegócio cresceram, entre 2003 e 2011, 268%.

As exportações brasileiras do agronegócio fizeram-se em vários segmentos, conforme demonstra a TABELA 4. Enquanto as exportações de milho tiveram um aumento de 248%, as exportações de soja cresceram 61,7%, contra um crescimento da ordem de 90,2% das exportações de açúcar. Entre 2002 e 2011, enquanto as exportações de carne suína cresceram 8,6%, as exportações de carne bovina cresceram 3,7%, contra 131% das exportações de carne de frango. Já as exportações



**TABELA 3** Balança comercial do agronegócio brasileiro (1990-2013), (Em US\$ Bilhões)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
2003	30.645	4.746	25.899
2004	39.029	4.831	34.198
2005	43.617	5.110	38.507
2006	49.465	6.695	42.769
2007	58.420	8.719	49.701
2008	71.806	11.820	59.987
2009	64.786	9.900	54.886
2010	76.442	13.391	63.051
2011	94.968	17.497	77.471
2012	95.815	16.409	79.406
2013	99.967	17.060	82.907

FONTE: SECEX/MDIC (2014)

**TABELA 4** Exportações brasileiras de alimentos selecionados 2001-2011 (milhões t)<sup>8</sup>

Produto	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Milho	2,7	3,5	5,0	1,0	3,9	10,9	6,3	7,7	10,7	9,4
Café	28,1	25,7	26,4	26,1	27,3	28,1	29,5	30,3	33,0	33,5
Soja	30,3	35,8	36,1	39,0	39,7	38,5	39,0	42,3	44,2	49,0
Açúcar	13,3	12,9	15,7	18,1	18,8	19,3	19,4	24,9	29,5	25,3
Suco laranja	1,6	1,6	1,8	1,6	1,7	2,0	2,0	2,0	1,9	2,0
Suínos	0, 474	0, 488	0, 504	0, 697	0, 705	0, 605	0, 528	0, 606	0,539	0,515
Bovinos	0, 964	1,2	1,6	2,1	2,2	1,6	1,3	1,2	1,2	1,0
Frango	1,6	1,9	2,4	3,0	2,7	3,1	3,4	3,4	3,6	3,7
Frutas	0, 749	0, 903	0, 935	0,935	0, 914	1,0	1,0	886	760	682

FONTE: BRASIL (2013)

de soja cresceram de 30,3 milhões de toneladas, em 2002, para 49 milhões, em 2011, perfazendo um percentual de crescimento de 63,3%.

Em termo gerais, o Brasil passou a deter 33,38% do total das exportações mundiais de carne de frango, 19,9%, de carne bovina, 40%, de soja em grãos, 8%, de farelo de soja, 19%, de óleo de soja e 8,1%, de carne suína. Os agronegócios de carnes e grãos transformaram o Brasil em um dos *players* do mercado mundial de alimentos.

As explicações sobre o dinamismo do Brasil no mercado mundial de proteína animal e vegetal

dão ênfase, principalmente, aos fatores externos. Conforme a literatura (APEX, 2011; AEB, 2012), a forte valorização dos preços internacionais e o aumento da demanda da China e dos demais países em desenvolvimento constituem-se em alavancas para o crescimento das *commodities* agrícolas.

Em que pese a importância dos fatores externos na elevação das exportações de *commodities* agrícolas, destacou-se em outros trabalhos que existe uma combinação de fatores internos e externos que possibilitaram o dinamismo exportador dos agronegócios brasileiros. Dentre eles, podem-se

destacar: 1) as crises de aftosa e da vaca louca, na Europa e nos EUA; 2) a redução da oferta mundial de carne de frango por parte da China e dos EUA, em razão do crescimento de sua demanda interna; 3) a conquista de novos nichos de mercados que ampliaram o *market share* de algumas cadeias; e 4) a grande disponibilidade de terra, água, boas pastagens, condições climáticas e outros fatores naturais que tornam as cadeias produtivas competitivas internacionalmente (Espíndola, 2016).

A crise financeira internacional, iniciada em meados de 2007, com a insolvência generalizada no sistema de hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos contagiou a economia brasileira a partir de 2008 (Gonçalves, 2008), promovendo saídas de capitais, redução de oferta de créditos externos; redução das exportações; aumento das remessas de lucros e dividendos por parte de subsidiárias de empresas multinacionais; retração do mercado de crédito doméstico e represamento da liquidez no mercado interbancário (Paula e Pires, 2017).

Barbosa (2013) explica que, diante da crise internacional de 2008, que reduziu as exportações, a taxa dos investimentos e a renda per capita, o governo implantou ações que podem ser agrupadas

em cinco pontos: 1) aumento da liquidez e redução da taxa Selic; 2) manutenção da rede de proteção social e dos programas de investimentos públicos mesmo em um contexto de queda da receita do governo; 3) desonerações tributárias temporárias e permanentes; 4) aumento da oferta de crédito por parte dos bancos públicos; e 5) aumento dos investimentos públicos em habitação.

O conjunto das medidas adotadas pelo governo resultou na elevação da taxa de investimento público e privado. Entre 2003 e 2010, a taxa de investimento passou de 3,9% para 17,8%, conforme demonstra a FIGURA 3. Somente os investimentos públicos cresceram de 2,6% do PIB para 4,7%, no mesmo período.

As políticas monetárias e fiscais, industrial e de incentivos às exportações, conjugadas com os programas sociais e de transferência de renda refletiram-se na elevação do PIB total brasileiro, na expansão dos salários e na redução da taxa de desemprego. O PIB total brasileiro cresceu de R\$ 1,5 trilhão para R\$ 4,1 trilhões, entre 2003 e 2011. Do ponto de vista per capita, o PIB cresceu de U\$ 3.040, em 2003, para U\$ 12.576, em 2011, conforme FIGURA 4.

FIGURA 3 Investimentos públicos e privados (%)

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015)

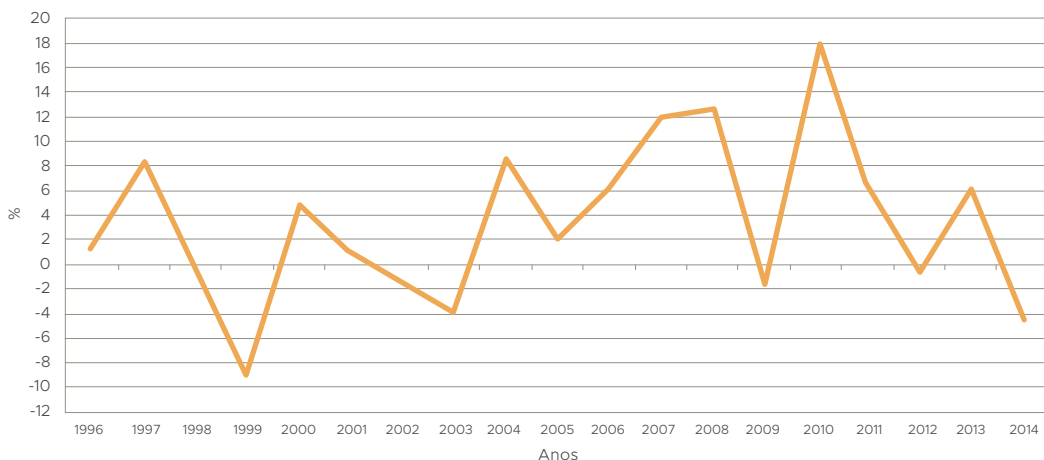
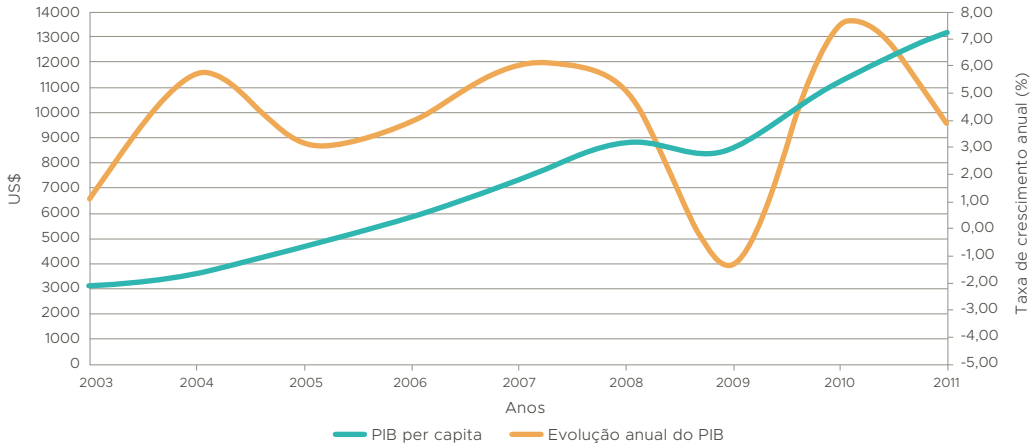


FIGURA 4 Evolução anual do PIB

FONTE: IBGE (2015)



Enquanto a participação dos salários no PIB passou de 46,2% para 51,4%, o estoque de empregos formais no Brasil cresceu de 28,6 milhões, em dezembro de 2002, para 44,0 milhões, em dezembro de 2010; perfazendo um crescimento de 53,8% no período (Araújo, 2013). Nessa conjuntura, o grau de desigualdade na distribuição pessoal de renda do trabalho foi reduzido em 10,7%, (Pochmann, 2013).

A recuperação do poder de compra dos salários juntamente com as políticas de créditos foram os principais pilares na constituição de um imenso mercado de consumo de massas. Entre 2003 e 2010, o gasto das famílias cresceu 4,5% ao ano. Em 2003, o mercado de consumo brasileiro era sustentado por 45,2% da sua população (79,2 milhões de pessoas); em 2011, esse percentual subiu para 63,7% (122 milhões de brasileiros), (Sicsú, 2013). Entretanto, a partir de 2011, as taxas de variação do PIB e dos investimentos declinaram. Enquanto em 2010 a economia brasileira cresceu 7,6%, em 2012, o crescimento foi de apenas 1,8% (Serrano e Summa, 2015). Diante desse quadro, quais fatores explicam essa queda do crescimento econômico?

### 3. A crise do crescimento econômico

Ao assumir a presidência da República, Dilma Rousseff deparou-se com indicadores macroeconômicos positivos e um arcabouço institucional responsável pelos programas de transferência de rendas. De antemão, o governo partiu para uma política econômica marcada pela elevação da taxa de juros de 9,9%, em 2010, para 11,7%, em 2011; redução do crédito ao consumidor; desvalorização do câmbio e um forte ajuste fiscal, com o objetivo de aumentar o superávit primário de forma a cumprir a meta de 3,1% do PIB, para 2011. Em 2011, o investimento público teve queda real de 12%, e o investimento das estatais, de 8,6% (Sicsú, 2015).

Em 2012, o governo resolveu rever a política econômica, acreditando que a forte redução na taxa Selic, a desvalorização cambial, as isenções fiscais e a redução das tarifas de energia elétrica seriam suficientes para impulsionar conjuntamente oferta e demanda agregada de bens (Sicsú, 2015; Paula e Pires, 2017). No entendimento de Oreiro (2017: 76), “a equipe econômica do governo partia do diagnóstico de que a desaceleração do crescimento

*econômico brasileiro era um problema de demanda agregada que tinha sua origem no recrudescimento da crise econômica internacional [...]".* A crise da zona do Euro à fraca recuperação norte-americana e à desaceleração dos países emergentes (retração chinesa e a queda dos preços das *commodities*) afetaram o resultado das exportações e congelaram novos investimentos<sup>9</sup>. Entre 2014 e 2016, as exportações brasileiras reduziram-se de US\$ 242,5 bilhões para US\$ 185,2 bilhões, em contrapartida, as importações reduziram-se de US\$ 223,1 bilhões para US\$ 137,5 bilhões, o que garantiu um superávit de US\$ 47,6 %.

Ainda segundo o autor, a 'Nova Matriz Econômica' conseguiu produzir uma aceleração temporária do ritmo de crescimento econômico, com taxas do PIB de 3,0 % entre o terceiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2014 (Oreiro, 2017), para terminar 2014 com um crescimento do PIB de 0,5 % ao ano. Paulani (2017) afirma que o governo brasileiro fez uma leitura errada em relação ao *status quo* da crise internacional e dedicou esforços no investimento privado em vez de no investimento público. Essa aposta fez explodir a crise não só do ponto de vista econômico, mas também político

Em 2015, o governo alterou novamente a política econômica, sinalizando uma postura mais ortodoxa. O objetivo geral foi implementar um ajuste fiscal, pelo lado das despesas públicas<sup>10</sup>. O governo anunciou, em maio de 2015, o bloqueio de R\$ 69,9 bilhões em gastos no orçamento do mesmo ano. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sofreu um corte de R\$ 25,7 bilhões. Já o BNDES reduziu sua participação em financiamentos e aumentou as taxas de juros de longo prazo (TJLP).

Entretanto, o governo continuou ampliando os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública. Segundo Lacerda (2017), o pagamento dos juros da dívida alcançou, em 2015, 8,5 % do PIB, enquanto, em 2014, foi de 5,5 %. Em termos de valores, as despesas com o custo da dívida

cresceram de R\$ 195,4 bilhões, em 2010, para 501,8 bilhões, em 2015.

No começo do ano de 2016, o governo brasileiro, por intermédio do seu ministro Nelson Barbosa, estabeleceu um limite para o crescimento dos gastos de custeio e de pessoal, a recriação da CPMF, a desvinculação de parte das receitas fiscais e a simplificação do sistema tributário (PIS/Cofins). Contudo, ao longo de 2016, a propagação da crise econômica, juntamente com a crise política, resultou em taxas pífias de crescimento econômico.

O PIB encerrou 2016 com uma retração de 3,6 %. Essa retração se fez presente na agropecuária, em 6,6 %, na indústria em 3,8 % e nos serviços em 2,7 % (IBGE, 2017). Paula e Pires (2017) esclarecem que, entre 2015 e 2016, a economia brasileira sofreu uma série de choques, como, por exemplo, a deterioração dos termos de troca, o ajuste fiscal, a crise hídrica, a desvalorização do Real, o aumento da taxa de juros, fatos que contribuíram para reduzir o crescimento econômico.

Oreiro (2017), por sua vez, destaca a queda da formação bruta de capital fixo (FBKF), decorrente da redução das margens de lucro estimulada pela política de controle de preços e pelo aumento do Custo Unitário do Trabalho (CUT). A FBKF, que em 2011, apresentou uma taxa de crescimento de 6,8 %, reduziu-se para (-) 13,9 % em 2015. O aumento da CUT derivou do aumento dos salários acima do aumento da produtividade do trabalho e da impossibilidade de repasse desse aumento para os produtos devido à concorrência com os importados.

A combinação desses fatores forneceu elementos para argumentos antidesenvolvimentistas. Nesse cenário de baixo crescimento econômico, a burguesia industrial, a partir de 2012, deslocou-se da coalisão produtivista para a rentista. Soma-se, ainda, o início da Operação Lava Jato, o poder exagerado do Judiciário e o papel desempenhado pela mídia, que impossibilitaram a retomada do ciclo desenvolvimentista, resultando no sequestro da democracia (Santos, 2017).

## 4. Conclusão

O conjunto dos indicadores econômicos e sociais selecionados permite concluir que os resultados positivos, entre 2003 e 2011, foram em grande medida fruto de políticas e programas sociais implantados. Dentre eles, podem-se destacar a política monetária e fiscal, com a redução da taxa básica de juros, a expansão do crédito e a criação de uma série de mecanismos de desonerações tributárias. A expansão da economia decorreu ainda de um intenso estímulo aos investimentos públicos e privados via Programa de Aceleração do Crescimento, que contou com o papel decisivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. No conjunto dos programas sociais, destacam-se o Programa Minha Casa Minha Vida, o Programa Bolsa Família e o PROUNI/REUNI.

Pode-se afirmar que, na conjuntura 2003-2011, as políticas públicas foram caracterizadas como desenvolvimentistas, pois geraram um ciclo de

crescimento assentado na expansão, diversificação e inovação das atividades produtivas, que refletiram na melhoria dos indicadores tanto econômicos como sociais.

Entretanto, a partir de 2011, esse ciclo de crescimento, associado à crise mundial, passou a dar sinais de inflexão. As medidas político-institucionais tomadas pelo governo Dilma não foram capazes de se tornarem desenvolvimentistas em sua essência. O conjunto dos indicadores macroeconômicos negativos apresentados permite concluir que a política econômica anticíclica do governo Dilma se tornou pouco eficaz no período pós-2011. Acrescenta-se, ainda, o cenário internacional, decorrente da crise da zona do Euro, a fraca recuperação norte-americana e a desaceleração dos países emergentes, que tiveram impactos negativos nas exportações e na criação de novos investimentos.

## 4. Notas

Esse texto é parte integrante do projeto de pesquisa 'As configurações espaciais nas regiões produtivas catarinenses pós- década de 1990', junto ao CNPq.

1. Os planos Cruzado, Bresser e Verão, visavam congelamento de preços e da taxa de câmbio, e conversão de salários, aluguéis etc. em cruzados. Porém, o retorno da inflação e o descompasso no congelamento de preços relativos promoveram uma nova queda nas taxas de crescimento da economia brasileira. Entre os anos de 1980-1989, o PIB brasileiro cresceu em média 3%, e as exportações alcançaram a cifra de US\$ 25,4 bilhões, com um saldo da balança comercial de US\$ 8,6 bilhões. O governo Collor aliou a abertura econômica do final dos anos de 1980 ao forte ajuste fiscal, buscando a redução do déficit público como meio de conter a inflação. Implantado em 15 de março de 1990, o Plano Collor tinha em vista ainda: 1) um brutal choque deflacionário com a redução da liquidez; 2) uma reforma monetária; 3) a retenção dos ativos monetários; e 4) uma política de aceleração do processo de privatizações das empresas estatais. O resultado foi um crescimento de apenas 1,0% do PIB, em 1991, e de -0,5%, em 1992; uma exportação de US\$ 33,8 bilhões na média e as importações em torno de US\$ 20,7 bilhões, com um saldo comercial de US\$ 12,9 bilhões, no referido período (Espíndola, 2015). O Plano Real, adotado em 1994 foi um programa de estabilização econômica com cortes de despesas públicas, com a conversão de preços e salários a uma unidade (URV) e a sua, posterior, transformação em moeda, taxas de juros elevadas, que garantiam a entrada do capital externo e câmbio supervalorizado, garantindo, com isso, a entrada de produtos importados. Segundo a literatura, o novo plano apresentou, entre 1994-1998, os

seguintes resultados: decréscimo do PIB de 5,9% para 4,2%, em 1995; aumento da taxa de desemprego de 5,1% para 7,5%; e a progressiva desnacionalização da economia brasileira (Matosso, 1999; Netto, 1999).

2. O agronegócio é entendido “*como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários, pela transformação e o seu consumo final. Essa cadeia incorpora todos os serviços de apoio: da pesquisa e assistência técnica, do processamento, transporte e comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores, bolsas e o consumidor final*” (Contini et al., 2006: 6).
3. Café (milhões de saca de 60 kg); Leite (milhões de litros); Laranja (mil toneladas, equivalente a 66° Brix).
4. Na saúde novas medidas foram implantadas visando avançar na consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Foram implantados programas como Saúde da família e Brasil Sorridente em regiões onde residem as populações de menor renda. Bahia (2010) afirma que no setor da saúde as mudanças ocorridas não promoveram transformações estruturais. Contudo, a autora afirma que desfazer os problemas do sistema de saúde no Brasil “*não é uma tarefa trivial*” (Bahia, 2010: 367).
5. Para uma visão detalhada e os avanços do Programa Bolsa Família ver os artigos apresentados no livro elaborado pelo IPEA (2010). Marques e Mendes (2006: 70), reconhecem a importância do programa, mas alertam para o fato que esses programas constituem uma benesse governamental, “*que pode ser alterada sem grandes discussões a depender do gosto e do interesse do presidente de plantão. Em outras palavras, o combate à pobreza ainda continua a ser tratado como uma atividade meramente assistencial, o que pode resultar no florescimento de todo tipo de clientelismo*”.
6. No ano de 2005, a rede federal de escolas técnicas era composta por uma Universidade Federal Tecnológica (UTFPR), trinta e três centros federais de educação tecnológica (CEFET), 36 escolas agrotécnicas federais (EAF), uma escola técnica federal (Palmas), trinta e cinco unidades de ensino descentralizadas (UnED) e trinta e seis colégios vinculados às universidades. No período de 2006 a 2015 foram instalados mais de 450 novos *campi* da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (INEP, 2015). Para uma crítica da política educacional do governo Lula da Silva ver Leher, 2010.
7. No que se refere à pauta exportadora brasileira, pode-se afirmar em termos de volume que, entre 1995 e 2011, as exportações de produtos básicos cresceram de 159 milhões de toneladas para 447 milhões de toneladas. O aumento de participação dos produtos básicos vem crescendo desde 2000, quando representavam 22,79% das exportações, até atingirem, em 2011, o elevado nível de 47,83%. Em contrapartida, as exportações de produtos manufaturados vêm perdendo participação, depois de alcançarem o nível máximo de 59,07%, em 2000, e atingirem apenas 36,05%, em 2011 (Espíndola, 2015).
8. Café (milhões de saca de 60 kg); Leite (milhões de litros); Laranja (mil toneladas, equivalente a 66° Brix).
9. A taxa de crescimento médio da economia mundial caiu de 5,1% em 2010 para 3,1% em 2013 (Paula e Pires, 2017). Em 2012, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial caiu para 3,2%. O fraco desempenho em 2012 resultou do baixo crescimento da economia da área do Euro, que registrou queda de 0,3%. Na comparação com os dados de 2011, destaca-se também o menor crescimento da Ásia (6,6%), e o da América Latina e Caribe (3,0%), fortemente pelo baixo crescimento do Brasil (0,9%), e na Europa Central e Oriental (1,8%), (IPEA, 2013).

10. No calor a implantação do ajuste fiscal ocorreu um intenso debate sobre a necessidade ou não do ajuste fiscal. Segundo Delfim Netto (2015), no ano de 2013, ocorreu uma deterioração fiscal muito profunda e, que, portanto, o ajuste se fez necessário. Contudo, Sicsú (2015) ressalta que a situação fiscal brasileira está longe de ser o que dela dizem. O baixo superávit primário de 2014 foi resultado da arrecadação decorrente de um baixo crescimento. Hoje, a relação dívida/PIB é com folga inferior a 40%. Em 2002, no final do governo FHC, era superior a 60%. Atualmente, na Alemanha é de 56%; na Espanha é superior a 60%, na França é maior que 84%, nos Estados Unidos é de 80,4%. Beluzzo (2015), por sua vez, afirma que o ajuste fiscal será feito em cima de uma economia que está em recessão, logo, vai empurrar para baixo a economia.

## 6. Referências citadas

- ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL (AEB). 2012. *Radiografia do comércio exterior brasileiro: passado, presente e futuro*. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.aeb.org.br/>. [Consulta: janeiro, 2016].
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES e INVESTIMENTOS (APEX). 2011. *Análise Apex-Brasil: conjuntura e estratégias*. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/>. [Consulta: janeiro, 2017].
- ARAÚJO, T. B. 2013. “Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula”. In: E. SADER (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. pp. 157-172. Boitempo, Flacso. São Paulo; Rio de Janeiro, Brasil.
- BAHIA, L. 2010. “A saúde em banho-maria”. *Os anos Lula: contribuições críticas para um balanço crítico 2003-2010*. pp. 351-368. Garamond. Rio de Janeiro, Brasil.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2015. *Anuário Estatístico do Crédito Rural*. BACEN. Brasília, Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. [Consulta: março, 2017].
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). 2017. *Livro Verde. Nossa história tal como ela é*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://web.bnDES.gov.br/>. [Consulta: agosto, 2017].
- BARBOSA FILHO, F. H. 2017. “A crise econômica de 2014/2017”. *Revista Estudos Avançados*, 31(89): 51-60. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. [Consulta: Janeiro, 2017].
- BARBOSA, N. e J. A. P. SOUZA. 2010. “A inflexão do governo Lula: Política econômica, crescimento e distribuição de renda”. In: E. SADER e M. A. GARCIA (Org.). *Brasil: entre o passado e o futuro*. pp. 1-42. Fundação Perseu Abramo. Editora Boitempo. São Paulo, Brasil.
- BARBOSA, N. 2013. “Dez anos de política econômica”. In: E. SADER (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. pp. 63-101. Boitempo. Flacso. São Paulo; Rio de Janeiro, Brasil.
- BAUMANN, R. 2006. “Dilemas e perspectivas das exportações brasileiras”. In: L. C. BRESSER-PEREIRA (Org.). *Economia Brasileira na encruzilhada*. pp. 137-143. FGV. Rio de Janeiro, Brasil.
- BRASIL. 2013. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA e ABATECIMENTO. *Projeções do agronegócio do Brasil 2012/2013 a 2022/2023*. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>. [Consulta: março, 2017].



- BRASIL. 2015. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL e COMBATE À FOME. Institucional. Brasília. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/>. [Consulta: fevereiro, 2017].
- BRASIL. 2017. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA e ABATECIMENTO. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/>. [Consulta: maio, 2017].
- BELLUZZO, L. G. 2015. *A regra da economia de hoje é 'o povo que se lixe*. São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/>. [Consulta: abril, 2017].
- BIELSCHOWSKY, R.; SQUEFF, G. C. e L. VASCOCELOS. 2014. "Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000". *Texto para Discussão*, (2.063): 1-72.
- BRESSER PEREIRA, L. C. 2017. "Como sair do regime liberal de política econômica e da quase-estagnação desde 1990". *Estudos Avançados*. 31(89), pp. 7-22. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. [Consulta: agosto, 2017].
- CARCANHOLO, M. D. 2010. "Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula". *Os Anos Lula: contribuições críticas para um balanço crítico 2003-2010*. pp. 109-131. Garamond. Rio de Janeiro, Brasil.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). 2013. "Séries históricas de produção de grãos". Brasília, Brasil. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. [Consulta: maio, 2017].
- CONTINI, E.; GASQUES, J. G.; LEONARDI, R. B. e E. T. BASTOS. 2006. "Evolução recente e tendências do agronegócio". *Revista de Política Agrícola, Brasília*, 1(15): 5-28. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/>. [Consulta: agosto, 2016].
- ESPÍNDOLA, C. J. 2015. "Políticas públicas e a dinâmica recente da balança comercial do agronegócio brasileiro". 2015. In: C. J. ESPÍNDOLA e C. A. A. MARTINS (Org.). *Brasil: temas de Geografia econômica*. pp. 43-70. Ed. Furg. Rio Grande, Brasil.
- ESPÍNDOLA, C. J. 2016. "A dinâmica geoeconômica do agronegócio brasileiro de carnes e soja". 2016. In: L. P. LAMOSO (Org.). *Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul*. pp. 19-53. Íthala, Curitiba, Brasil.
- GONÇALVES, R. 2008. *Crise econômica: Radiografia e soluções para o Brasil*. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/>. [Consulta: agosto, 2016].
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE.). 2015. *Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Contas Nacionais*. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-valores-correntes.html>. [Consulta: outubro, 2017].
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE.). 2017. *Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Contas Nacionais*. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-per-capita.html>. [Consulta: outubro, 2017].
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). 2015. *Dados do Ensino Superior*. Brasília., Brasil. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/>. [Consulta: março, 2017].
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA APLICADA (IPEA). 2010. *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Volume 1. Brasília. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/>. [Consulta: agosto, 2017].
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA APLICADA (IPEA). 2013. *Carta de Conjuntura*. Nº 18. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/>. [Consulta: novembro, 2017].
- LACERDA, A. C. de. 2017. "Dinâmica e evolução da crise: discutindo alternativas". *Revista Estudos Avançados*, 31(89): 37-49.

- LEHER, R. 2010. "Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu". *Os Anos Lula: contribuições críticas para um balanço crítico 2003-2010*. pp. 369-412. Vol. 1. Garamond. Brasil.
- MARQUES, R. M. e A. MENDES. 2006. "O social no governo Lula: construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal". *Revista de Economia Política*, 26(1): 58-74.
- MATTOSO, J. 1999. "Produção e emprego: Renascer das cinzas" In: I. LESBAUPIN (Org.). *O desmonte da nação. Balanço do governo FHC*. pp. 24-56. Vozes. Petrópolis, Brasil.
- NETTO, A. D. 1999. "O desemprego é âncora do Real". *Visões da crise*. pp. 95-109. Contraponto. Rio de Janeiro, Brasil.
- NETTO, A. D. 2015. *Entrevista*. Disponível em: <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2015/06/07>. [Consulta: outubro, 2017].
- OREIRO J. L. 2017. "A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica". *Revista Estudos Avançados*, 31(89): 75-88.
- PADILHA, W. e C. J. ESPÍNDOLA. 2015. Prodecoop e Procap-agro e o crescimento das cooperativas agroindustriais da região sul. *XI ENANPEGE (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia)*. pp. 6.187- 6.198. Presidente Prudente, Brasil (12-15 de Outubro).
- PAULA, L. F. e M. PIRES. 2017. "Crise e perspectivas para a economia brasileira". *Revista de Estudos Avançados*, 31(89): 125-144.
- PAULANI, L. 2008. *Brasil Delivery*. Boitempo. São Paulo, Brasil.
- PAULANI, L. 2017. "Não há saída sem a reversão da financeirização". *Estudos Avançados*, 31(89): 29-35. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. [Consulta: setembro, 2017].
- POCHMANN, M. 2013. "Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI". In: E. SADER (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. pp 145-156. Boitempo. Flacso. São Paulo; Rio de Janeiro, Brasil.
- SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX). 2014. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/>. [Consulta: outubro, 2017].
- SADER, E. 2010. "Brasil, de Getúlio a Lula". In: E. SADER e M. A. GARCIA (Org.). *Brasil: Entre o passado e o futuro*. pp. 11-29. Boitempo. São Paulo, Brasil.
- SANTOS, W. G. dos. 2017. *A Democracia impedida: o Brasil no século XXI*. FGV Editora. Rio de Janeiro, Brasil.
- SCHATZ, P. V. 2017. Políticas públicas: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o desenvolvimento brasileiro recente. *III SENGES (Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social)*. pp. 33-48. Foz do Iguaçu, Brasil (25-28 de Julho).
- SERRANO, F. e R. SUMMA. 2015. *Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014*. Center for Economic and Policy Research. Washington, USA.
- SICSÚ, J. 2013. *Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro?* Geração Editorial. São Paulo, Brasil.
- SICSÚ, J. 2015. "Ajuste fiscal e de ideias". *Carta Capital*. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/>. [Consulta: outubro, 2017].
- SINGER, A. 2015. "A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista". In: A. SINGER e I. LOUREIRO. (Org.). *As contradições do Lulismo*. pp. 21-55. Boitempo. São Paulo, Brasil.
- TEIXEIRA, R. A. C. PINTO. 2012. "A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco de poder e desenvolvimento econômico". *Economia e Sociedade*, Número Especial, 21: 909-941.